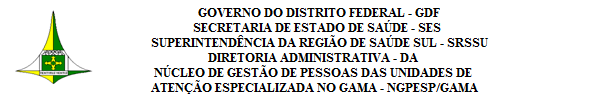
****

**MANUTENÇÃO DO REGIME DE 40 (QUARENTA HORAS)**

Declaro estar ciente de que a referida opção é suspensa nos afastamentos e licenças previstas em Lei, conforme dispõe o artigo 4º do Decreto nº 25.324/2004, bem como de que o retorno à carga horária contratual não gerará direito à integração de qualquer parcela percebida por força de prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Decreto n° 25.324/2004.

Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Servidor (a)

Autorizo, com fundamento no § 4º do art. 9º do Decreto nº 25.324/2004, acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 27.373/2006, manter a carga horária de quarenta horas semanais de trabalho do (a) servidor (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, matrícula nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ da carreira de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, lotado no (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,em virtude da exoneração do cargo comissionado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, publicada no DODF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, inicialmente concedida nos termos do art. 9º, § único, do Decreto nº 25.324/2004 e posteriormente mantida pelo art. 1º § 2º, do Decreto nº 27.658/2007, abaixo transcritos.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Secretário de Estado de Saúde do DF

**Decreto nº 25.324 de 10 de novembro de 2004.**

“**Art. 1º** - Ficam autorizados os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Distrito Federal a oferecer a opção pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho aos servidores integrantes das carreiras do serviço público do Distrito Federal, observadas, rigorosamente, as seguintes condições:

I - comprovação da necessidade de ampliação da carga horária para garantir a execução dos serviços;

II - disponibilidade orçamentária e financeira para custear o aumento da despesa durante o exercício; e

III – realização de avaliação semestral do desempenho das Unidades beneficiárias, mediante publicação de ato do titular do órgão respectivo.

(...)

**Art. 9º** - A opção de que trata o artigo 1º não se aplica ao servidor nomeado para ocupar cargo em comissão.

***Parágrafo único.*** O servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, faz jus à percepção de seu vencimento básico calculado com base na carga horária de 40 horas semanais, ressalvadas disposições em contrário contidas em legislação específica. “ (vide Decreto nº 25.567/2005)

**Decreto nº 27.373, de 03 de novembro de 2006**

“Art. 1º, o art 9º do Decreto nº 25.324/2004, na redação dada pelo Decreto nº 25.567/2005, fica acrescido do § 4º, na forma a seguir:

(...)

§4º A exoneração de cago em comissão de servidor ocupante de cargo efetivo, não acarreta a perda da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a hipótese de requerimento próprio de retorno à jornada de 30 (trinta) horas.”

**Decreto nº 27.658, de 24 de janeiro de 2007**

“Art. 1° Fica proibida a ampliação de carga horária aos servidores da Administração direta, autárquica e fundacional do DistritoFederal.

§ 1º Ficam mantidas, desde que convenientes e necessárias à Administração, as concessões de carga horária ampliada, efetuadas até a data anterior à publicação deste Decreto.

§ 2º Excetuam-se das disposições do “caput” os servidores abrangidos pelo parágrafo 1º do artigo 9º do Decreto n° 25.324, de 10 de

novembro de 2004.”